

SECRETO

SISTEMA DE SEGURANÇA  
INTERNA

SISSEGIN

SECRETU

Í N D I C E

- INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

CONCEITOS BÁSICOS

	Pag
1 - POLÍTICA NACIONAL .....	1
2 - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO .....	1
3 - POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA .....	1
4 - ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA .....	1
5 - SEGURANÇA NACIONAL .....	1
6 - SEGURANÇA INTERNA .....	2
7 - DEFESA INTERNA .....	2

CAPÍTULO 2

O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (SISSEGIN)

ARTIGO I

- ANTECEDENTES QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DO SISSEGIN .....	1
--	---

ARTIGO II

- O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

1 - DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA .....	6
2 - ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA .....	6
3 - ESTRUTURA DO SISSEGIN .....	8
4 - COMISSÃO DE ALTO NÍVEL DE SEGURANÇA INTERNA (CANSI) ...	9
5 - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) .....	9
6 - SEGUNDA SEÇÃO DO SNI .....	10
7 - SECRETARIA DE INFORMAÇÕES DA DEFESA .....	10

9 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (SINFASR) ..... 12

10 - COMUNIDADES REGIONAIS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL E DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO... 13

11 - CONSELHOS DE DEFESA INTERNA (CONDI) ..... 13

12 - CENTROS DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (COCI) ..... 14

13 - DESEMPENHOS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI) ..... 26

ARTIGO III

- RESULTADOS OBTIDOS APÓS A CRIAÇÃO DO SISSEGIM ..... 43

ARTIGO IV

- CONSIDERAÇÕES SOBRE A TÁTICA DAS ESQUERDAS NO BRASIL ..... 45

ARTIGO V

- CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CRÍTICAS FEITAS AOS ÓRGÃOS DO SISSEGIM ..... 46

ARTIGO VI

- A FORMAÇÃO DE QUADROS PARA O TRABALHO NO SISSEGIM ..... 51

## INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Informações (SISMI) com sua estrutura e atividades apoia, em Informações, a formulação governamental da Política Nacional, em seus dois ramos básicos e integrados: A Política Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Segurança. Além disto, na fase executiva, apoia as constantes necessidades da Política de Condição, que visam dar o quadro real da evolução de ambos os planos, permitindo correções e adaptações saneadoras.

O BRASIL, país em fase de desenvolvimento, como o Governo tem fricado, busca o bem estar de seu povo almejando desenvolver-se com um grau de segurança compatível. Compatibilidade esta, por sinal, dependente da variação com que se apresenta, numa determinada época, a Estratégia Adversa. Assim, na fase atual, afirma-se que o Desenvolvimento é a alavanca principal capaz de erguer o país, projetando-o no concerto das nações, porém, para tanto é mister uma Segurança que dê ao Estado as condições adequadas e suficientes para, tranquilamente, conduzir a nação nesta direção.

Desta visualização e da análise do passado, não distante, de prende-se a necessidade presente de um Sistema de Segurança Nacional capaz de permitir ao BRASIL a sua projeção internacional. Os aspectos peculiares do mundo de hoje: aldeia-global, com reflexos instantâneos ante fatos internacionais distantes, onde a impregnação ideológica e seus consequentes antagonismos, acrescidos de agudas crises econômicas de âmbito mundial, colocam as nações debruçadas sobre si mesmas. Nestas circunstâncias, as ações no interior dos países são contra um inimigo interno, cada vez mais preparado, capaz de ganhar espaço para seus patrões alienígenas, evitando os engajamentos diretos que o "equilíbrio do terror", o "terror atômico", ou o nome que se dê, desaconselha natural e logicamente. Portanto, a estratégia indireta, subversiva, insidiosa, lenta e contínua, mas sempre violenta, faz-se cada vez mais presente no interior do Estado moderno.

Isso visto, na atual conjuntura as ações do SISMI de ser

campo da Segurança Interna, fato este natural, transcendendo aos noticiários de jornais, para ganhar, em todo o mundo - a prioridade e o peso das atividades dos órgãos de informações e segurança, mesmo em países tradicionalmente avessos ao problema da subversão.

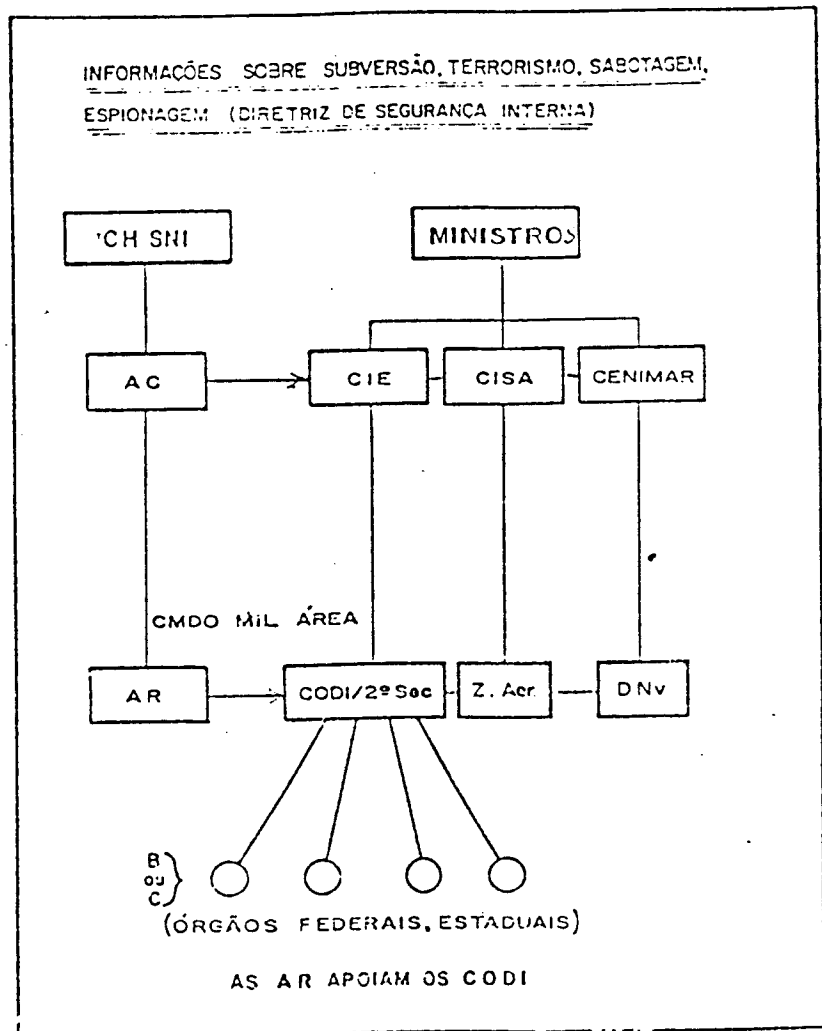
De passagem, saliente-se que, sendo aspecto conjuntural (para alguns), o ascenso da importância do inimigo interno vinculado a movimento internacional tem demonstrado, após a II Grande Guerra, um vigor contínuo onde a observação atual não permite prognosticar o descenso em futuro próximo, a menos que tal perspectiva seja baseada em dados visionários e irreais.

A experiência brasileira válida, real, palpável, com mais de oito anos de árduas lutas, adquiridas entre acertos e erros, se aperfeiçoou, proporcionando um saldo de tranquilidade, que no mínimo merece o respeito e a reflexão lógica. As imputações negativas que se lhe atribuem (a maioria das quais, por sinal, não resistem ao debate argumentado, pesado e alicerçado em dados reais) sobrevivem apenas na base de opiniões, sempre fáceis de ter e difíceis de se conformar à realidade.

Tal experiência demonstra que o Sistema de Segurança Interna (SISSESI), integrado no Sistema de Segurança Nacional é, como componente desta, apoiado pelo SISNI no que diz respeito às informações necessárias e específicas, não podendo ser desvinculado do conjunto a que pertence, sem o perigo de vermos a estrutura monolítica perder a coesão.

Assim, o SISSESI é apoiado em informações basicamente pelo SNI, Estado-Maior das Forças Armadas, Comunidades Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e, na Comunidade Setorial de Informações dos Ministérios Civis: pelo Ministério da Justiça. Nos níveis SPI (Cando de área nível Exército) o SISSESI é apoiado, na sua comunidade peculiar de informações, pelos órgãos vinculados às Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna do Distrito Federal e dos Estados da Federação que em suas áreas se situam. Como vemos, desde o ponto de vista dos sistemas

Esta estrutura de informações, peculiar, destinada ao atendimento do SISSEGIM pode ser esquematizada da seguinte forma:



Do exposto conclui-se a profunda interdependência, necessária e existente, entre os elementos que serão formados para as funções de informações no SISMI e no SISSEGIM, podendo-se afirmar, sem contra de dúvida, que, além de outros, a grande maioria dos elementos oriundos da Comunidade Setorial de Informações dos Ministérios Militares irá exercer atividade de informações, contra-informação ou de operações de informação no SISMI, integrando também o SISSEGIM no campo específico de sua atividade e sendo

Ora, isto leva a resultante lógica de que a formação dos elementos do SISNI, em princípio, deverá atender:

- o campo das informações, contra-informação e operações de informações clássicas, e
- o campo da contra-subversão, prioritário na atual conjuntura, coerente com as HIPÓTESIS DE GUERRA brasileiras atuais, válidas ainda por um tempo indeterminado.

Se quisermos manter o atual "statuo quo", convém seguir as lições que a História tem dado de forma inquestionável:

- sempre que as organizações comunistas refluíram em suas ações, por razão direta das atividades das forças legais e estas não se mantiveram em constante aperfeiçoamento, no retorno das ações revolucionárias as organizações terroristas obtiveram vantagens iniciais que impuseram enormes sacrifícios ao Governo.

Ao final, bem sabemos que o exemplo português, não pode e não deve ser invocado para que, no BRASIL, seja levantada a necessidade de mudança estrutural da contra-subversão, porque isto não é nem cabível, por ilógico, nem tem sentido, por ser irreal e sofisticado. Essas condições são próprias e diametralmente opostas as de PORTUGAL, como poderemos sempre demonstrar. Focamos neste aspecto, por ser tal idéia algo de novo que surge procurando desarticlar o SISORGIN, desvinculando-o do SISNI, com real prejuízo para a Nação Brasileira.

SECRETO

## CAPÍTULO 1

### CONCEITOS BÁSICOS

#### 1. POLÍTICA NACIONAL

É a arte de estabelecer os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos Interesses e Aspirações Nacionais, e de orientar a conquista ou a preservação daqueles Objetivos.

#### 2. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Política Nacional de Desenvolvimento, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional no sentido do seu fortalecimento global, visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais.

#### 3. POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA

Política Nacional de Segurança, integrada na Política Nacional, é a arte de orientar o Poder Nacional, visando a garantir a conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais, com a eliminação ou a redução dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais.

#### 4. ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA

Arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para alcançar e/ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional de Segurança.

#### 5. SEGURANÇA NACIONAL

É a garantia proporcionada pelo Estado para a conquista e/ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões.

É a garantia da consecução dos Objetivos Nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação



são da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

6. SEGURANÇA INTERNA

Integrada na Segurança Nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagonicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou produzem efeitos no País

7. DESPESA INTERNA

É o conjunto de medidas que visam a evitar, impedir ou eliminar os antagonismos e pressões de origem interna sobre a Nação e a garantir a Segurança Nacional.

Conjunto de medidas levadas a efeito, para superar os antagonismos e pressões que se manifestam ou produzem efeitos no âmbito interno, atuando sobre seus agentes e seus efeitos, de forma a evitar, impedir ou eliminar o processo subversivo.

Tais medidas embora implicando a aplicação de todas as expressões do Poder Nacional, são particularmente da competência das Expressões Políticas e Militar.

SECRETO

CAPÍTULO 2

O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (SISSEGIN)

ARTIGO I

ANTECEDENTES QUE MOTIVARAM A CRIAÇÃO DO SISSEGIN

1. Após a Revolução de Março de 1964 os comunistas, no país, foram tomados de surpresa e permaneceram durante algum tempo se reestruturando.
2. Nos anos de 1967 e 1968 as esquerdas brasileiras foram fortemente motivadas e influenciadas pelas reuniões da ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOLIDARIEDADE (OLAS), realizadas em CUBA, no 2º semestre de 1967 e que ditaram uma nova estratégia de luta para as esquerdas, nos países subdesenvolvidos. Em consequência, o comunismo brasileiro sofreu uma série de dissidências internas, surgindo, então, várias organizações, tais como: AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN), VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR), COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA), MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES (MRT), RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA (REDE), PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR), VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR PALMARES), MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR 8), PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC), PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (PRT), FRAÇÃO BOLCHEVIQUE TROTSKYSTA (FBT), AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL (APML do B), MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO), ALA VERMELHA DO PC DO B e muitas outras, todas optantes pela derrubada do regime e do governo, através de um novo processo de luta - a luta armada.
3. Um novo quadro de agitação surgiu, em substituição ao anterior. Em lugar das cinco organizações clandestinas, AP, PCB, PC do B, PRT e POLOP que atuavam em atividades padronizadas, utilizando as escolas e os sindicatos para a subversão da ordem, vimos nascer organizações que passaram a agir através de ações de cunho terrorista, em autênticas operações de guerra revolucionária.

As novas organizações que vão surgindo diferem entre si quanto ao modo de condução da luta armada, mas todas têm o mesmo objetivo comum: a tomada do Governo para a implantação do comunismo.

O "Trabalho de Massa" é intensificado através da Propaganda, desencadeada pela imprensa, rádio, teatro, televisão, panfletos e boletins. O Governo, a Religião, a Família e as Forças Armadas são violentamente atacados por meio de um trabalho eficiente e bem planejado, realizado através dos principais meios de divulgação.

O meio religioso, o magistério e o meio político também são envolvidos pela subversão e muitos dos seus membros participam ostensivamente de atos de contestação ao regime e ao Governo.

4. Em 1968, a subversão ativou o meio estudantil, particularmente o meio universitário, provocando manifestações hostis ao Governo, realizadas através de greves, ocupações de faculdades e de passeatas.
5. A falta de repressão a esses atos ilegais encoraja outros setores, habitualmente sensíveis à prática de atos subversivos. Nesta época as organizações terroristas, então em formação, necessitavam de quadros para integrá-las. Durante todas as manifestações hostis ao Governo, eram selecionados os mais afoitos e com boa capacidade de liderança para, posteriormente, serem convidados a integrar as organizações subversivo-terroristas.
6. Em 1968, realizou-se na pequena cidade de Ibiuna, no interior de S. Paulo, o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes. Desde 1964 os locais para realização destes Congressos eram, sempre, muito bem escolhidos. Realizavam-se na mais perfeita clandestinidade e as normas de segurança, utilizadas pelos participantes, eram levadas a sério. Só compareciam os líderes e os elementos eleitos para o Congresso. Entretanto, o XXX Congresso, quanto a estes aspectos, foi in-

teiramente diferente dos anteriores. Comparceram mais de 700 pessoas. As dificuldades logísticas para atender a tão grande número de pessoas numa pequena cidade logo se fizeram sentir e a polícia, imediatamente, tomou conhecimento. Todos os participantes do XXI Congresso foram presos e processados. Muitos elementos com receio de serem posteriormente condenados e outros ao se verem fichados pelos Órgãos de Segurança, passam à clandestinidade e ingressam nos quadros das organizações terroristas.

Era justamente isto o que desejavam os líderes destas organizações.

A análise atual do XXI Congresso da UNE conduz a quase certeza de que foi realizado nas condições descritas para que inúmeros estudantes, ao se verem surpreendidos, tomassem a atitude que tomaram e ingressassem, definitivamente, nas organizações terroristas, em formação.

7. Em S. Paulo a subversão intensificou-se, também, no meio operário.

Em julho de 1968, eclodiu a greve de Osasco, considerada ilegal pelas autoridades. Nela tiveram ampla participação os estudantes e os operários, numa união incomum na história do Brasil.

8. Após o êxito obtido nas passeatas, os agitadores passaram às depredações e aos quebra-quebras.

Viaturas oficiais eram incendiadas durante as passeatas. Com a prática dos primeiros atos de vandalismo, iniciou-se o emprego da tropa da Polícia Militar para contê-los.

Quando as passeatas foram reprimidas, as organizações terroristas, agora com suas fileiras já engrossadas por um grande número de estudantes, partiram para os atos mais afoitos que foram os atentados. Bombas explodiam em diversos locais, sendo a mais significativa a que destruiu, parcialmente, o QG/II Exército, em S. Paulo, em novembro de 1968, matando o jovem

soldado Mario Kosel Filho.

Até as viaturas do DOFS/SP, estacionadas frente àquele Departamento, foram por eles destruídas.

As bombas de fabricação caseira eram transportadas, clandestinamente, em carros das organizações. Num determinado dia, por falhas técnicas, uma delas explodiu, em pleno transporte, matando os dois ocupantes do veículo, os terroristas Ishiro Nagami e Sergio Roberto Correia, em 1969, na Rua da Consolação em S. Paulo.

Necessitando de dinheiro para sobreviver, pois os seus membros viviam, em grande parte, na clandestinidade, passaram a assaltar bancos e carros pagadores.

Aos atentados seguiram-se os assassinatos. O primeiro foi o Capitão Americano CHANDLER, que cursava a USP e que foi acusado de ser agente da CIA. Foi metralhado na frente da esposa e de seus filhos.

9. A situação em dezembro de 1968 tornara-se insustentável, com a subversão ganhando terreno, dia à dia.

Com a decretação do AI-5 e de vários decretos-leis, bem como com as alterações introduzidas na Lei de Segurança Nacional, surgiram novas perspectivas, quanto ao aspecto legal e jurídico para o combate à subversão e ao terrorismo.

Mas mesmo com estas novas leis e com o AI-5 o terrorismo continuava.

A todos estes atos de banditismo a nossa Polícia Civil e a Polícia Militar assistiam sem nada poder fazer.

Várias rádio-patrolhas foram incendiadas e os poucos soldados que ousavam enfrentar os terroristas eram impiedosamente mortos.

10. Segundo YURI XAVIER PEREIRA, líder terrorista da Ação Libertadora Nacional, a situação na ocasião era a seguinte: "Do lado inimigo, em linhas gerais, o que sucedia? Encurralado pelas crises políticas de 1968, desorientado pelas ações revolucio-

tornando mais feroz a repressão. O volume de ações seguia em aumento e mantínhamos a iniciativa. As falhas técnicas da ditadura, tais como: insuficiência de armas, equipamentos, treinamentos, seus Órgãos de Segurança atuando em separado, levava-os ao desespero e estupefação. Acostumados a uma repressão dirigida aos movimentos de massa pacíficos, ou às organizações de esquerda tradicionais de pouca periculosidade, ao ver-se enfrentando formas de atuação novas no cenário revolucionário brasileiro, mostraram-se de uma primorosa ineficiência. Esses métodos vinham romper as regras de um jogo que bem gostariam de manter, de forma indefinida. Sua carência de informações era, praticamente, total".

Realmente, YURI tinha toda a razão, pois era exatamente o que então ocorria.

11. Por que isto acontecia?

Porque as nossas polícias que já não estavam preparadas para enfrentar a subversão praticada pelo PCB, PC do B, PORT, POLOP e AP, foram surpreendidas com um novo tipo de luta que surgia a Guerrilha Urbana.

12. Até dentro das próprias Forças Armadas sentiu-se que elas não estavam preparadas para enfrentar, com os meios disponíveis e as técnicas usadas até o momento, a Guerrilha Urbana.

Convém citar, para esclarecer, o episódio Lamarca. No dia 23 de janeiro de 1969, através de uma denúncia, soube-se que nos arredores de S. Paulo, elementos desconhecidos estavam pintando um caminhão com as cores do Exército.

Os elementos que participavam desta operação foram presos e encaminhados para a Polícia do Exército. Mas a falta de experiência nas Operações de Informações, não levou a nenhum resultado prático.

Carlos Lamarca, em combinação com os elementos presos pela PE, tentou, no dia 26 de janeiro, domingo, roubar o maior número possível de armas e munições do então 4º RI, Regimento

apoio do Sgt Darcy Rodrigues, que já pertencia a uma organização terrorista, e que neste dia era o Cmt da Guarda. Para a ação utilizariam o caminhão que estava sendo pintado. No interior do paiol do 4º RI, o soldado Zanirato e o Cabo Mariano, também adeptos de Lamarca, já se encontravam preparando o armamento e a munição que seriam roubados.

Com a prisão dos elementos pela PE, Lamarca antecipou sua ação para o dia 25 de janeiro, sábado, utilizando uma Kombi de sua propriedade e roubando os FAL e a munição existentes na sua Companhia. Mesmo com a prisão antecipada de vários elementos que participavam da operação, não foram obtidas as informações necessárias para neutralizar este ato criminoso. Todos foram surpreendidos com o êxito da operação empreendida pelo então Capitão Lamarca.

## ARTIGO II

### O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

#### 1. DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA

Em julho de 1969, a Presidência da República expediu um documento que analisava em profundidade os problemas que poderiam advir desta situação e definia o que deveria ser feito para impedir, neutralizar e mesmo eliminar os movimentos subversivos.

Este documento recebeu o nome de DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA.

No ano seguinte sentiu o Governo Brasileiro a necessidade de rever essa DIRETRIZ. Surgiu, então, a DIRETRIZ PRESIDENCIAL DE SEGURANÇA INTERNA, de março de 1970 e, com ela, o documento de nomeado PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA INTERNA, de outubro de 1970, atualmente em vigor.

#### 2. ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA

Estabeleceu, assim, o Governo Brasileiro uma estratégia específica, em âmbito nacional, assegurando a consecução de determinados objetivos fundamentais para a sobrevivência do país dentro dos postulados democráticos. Como não poderia deixar de acontecer, essa estratégia elegeu como um dos objetivos fundamentais para a segurança do país, o aperfeiçoamento do dispositivo responsável pela garantia dessa segurança. Para isso foi constituído O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, abrangendo todos os meios disponíveis, destinado e capacitado à coordenação geral das ações e a exercer a centralização dessas ações quando isso se fizesse necessário.

Esse Sistema foi incumbido de assegurar o maior grau de garantia da Segurança Interna, pela aplicação do Poder Nacional, sob todas as formas e expressões, de maneira sistemática, permanente e gradual, abrangendo desde as ações preventivas que devem ser desenvolvidas em caráter permanente e com o máximo de intensidade, até o emprego preponderante da expressão militar, eminentemente episódico, porém visando sempre assegurar efeitos decisivos.

Estabelece a Estratégia de Segurança Interna adotada pelo Governo Brasileiro, entre outras, as seguintes prescrições, que também são fundamentais, para o aperfeiçoamento do dispositivo de garantia da Segurança Interna:

- a. O Presidente da República, para formulação e execução das ações de Segurança Interna, conta com a assessoria direta de uma Comissão de Alto Nível.
- b. O planejamento de Segurança Interna é feito, basicamente, nos escalões Exército, CMP, CIA, Distrito Naval e Comando Aéreo Regional.
- c. A coordenação geral dos planejamentos e da execução das ações de Segurança Interna é da responsabilidade dos Comandos do Exército, CMP e CIA.



do planejamento e da execução integrada dos meios disponíveis para a garantia da Segurança Interna, contam com a assessoria das Secretarias de Segurança Pública e das demais Organizações Policiais, civis e militares, federais e estaduais.

- e. Os Estados, Territórios e o Distrito Federal elaboram seus planejamentos regionais em íntima ligação com os Comandos Militares de Área e, colaboram no sentido de possibilitar àqueles escalões militares a coordenação do planejamento e da execução das ações de Segurança Interna, em suas respectivas áreas.
- f. O planejamento em nível e amplitude nacional é também, coordenado e as ações de Segurança Interna podem ser acompanhadas, assegurando com isso a conjugação de esforços, com a participação ampla e irrestrita de todos os órgãos do Governo.
- g. O SNI, de conformidade com o Plano Nacional de Informações, funcionará a Comunidade, visando à produção de informações de interesse para a Segurança Interna, transmitindo aos Comandos de Áreas, aquelas necessárias ao cumprimento de suas missões.

### 3. ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

Com base na Estratégia de Segurança Interna do Governo e nas Diretrizes emanadas, configurou-se um SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA (DISSEGII) que é estruturado da seguinte forma:

#### a. Nível Nacional

- 1) Comissão de Alto Nível de Segurança Interna;
- 2) Serviço Nacional de Informações;
- 3) Segunda Seção do EMFA;
- 4) Sistema de Informações da Marinha;
- 5) Sistema de Informações do Exército;

b. Nível ZDI (Comando Militar de Área)

- 1) Conselho de Defesa Interna (CONDI);
- 2) Centros de Operações de Defesa Interna (CODI);
- 3) Destacamentos de Operações de Informações (DOI);
- 4) Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna do Distrito Federal e dos Estados da Federação;
- 5) Observações
  - a) Os CODI são integrados por elementos das Forças Armadas, Departamento de Polícia Federal, Representante do SNI e das Comunidades Regionais de Informações de Segurança Interna do Distrito Federal e dos Estados da Federação;
  - b) Os DOI são integrados por elementos pertencentes aos mesmos órgãos citados na letra a) anterior, exceto, do representante do SNI.

4. COMISSÃO DE ALTO NÍVEL DE SEGURANÇA INTERNA (CANSI)

a. Atribuições

Assessorar, diretamente, o Presidente da República, na elaboração das ações de Segurança Interna.

b. Integrantes

- Ministro da Justiça;
- Ministros Militares;
- Ministro Chefe do EMFA;
- Ministro Chefe do SNI;
- Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- Demais Ministros de Estado, quando convocados.

5. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

- a. No âmbito do SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, em nível nacional, coordena e supervisiona as Informações de Segurança Interna, a fim de possibilitar ao Governo a formulação plena de sua POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA, no que diz res -

b. No Sistema Nacional de Informações (SISNI), o SNI é o órgão central deste Sistema.

6. SEGUNDA SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (Integra, também, o SISNI)

É o coordenador das Comunidades Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, no que se refere às Informações Estratégicas do Campo Militar.

7. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA MARINHA (Integra, também, o SISNI)

Este Sistema é constituído por:

a. Sub-Chefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20)  
Órgão coordenador do Sistema de Informações da Marinha e, também, responsável pelas Informações Externas.

b. Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)  
Responsável pelas Informações de Segurança Interna.

c. Segunda Seção do Comando de Operações Navais  
Responsável pelas Informações Operacionais ou Táticas.

8. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (SIE) - Integra, também, o SISNI.

a. Direção

A responsabilidade pela direção do SIE cabe ao Ministro do Exército.

b. Constituição

1) Centro de Informações do Exército (CIE), Órgão subordinado diretamente ao Ministro do Exército.

2) Segunda Seção do Estado-Maior do Exército.

3) Agências Especiais: Gabinetes dos Departamentos (DGP, DEP, DEO, DGS, DEB), Gabinete da Diretoria-Geral de Economia e Finanças, Gabinete da Secretaria-Geral do Exér-

- 4) Agências Classe A (ou de ZDI): as Segundas Seções dos QG dos Exércitos, do CMP e do CMA.
- 5) Agências Classe B e C: as Segundas Seções ou Congêneres dos QG de GU, Comandos, Chefias ou Direções de OII.

c. Atribuições

1) Do CIE

Entre outras, cabe ao CIE as seguintes atribuições:

- a) Orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de Informações Internas, de Segurança Interna e de Contra-Informações do SIE, dentro da orientação emanada do Ministro do Exército;
- b) Assessorar o Ministro do Exército no que tange a Informações e Contra-Informações;
- c) Exercer permanente ação normativa sobre as atividades de Informações Internas, de Segurança Interna e de Contra-Informações, no âmbito do SIE;

2) Da Segunda Seção do Estado-Maior do Exército

Entre outras atribuições, cabe à 2ª Seção do EME, no âmbito do SIE:

- a) Orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de Informações e de Contra-Informações, no Campo Externo.
- b) Integrar as Informações Externas que produzir com as de Segurança Interna produzidas pelo CIE, de modo a configurar as possibilidades previstas nas Hipóteses de Guerra.

3) Das Agências Classe A

Entre outras atribuições, cabe a estas Agências:

- a) Orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades

cias de Classe B e C, sediadas no território do Exército ou Comando Militar a que pertencam.

- b) Produzir e difundir para o CIE as Informações Necessárias, Internas e de Segurança Interna, de sua responsabilidade.
- c) Difundir, diretamente, para a 2ª Seção do EME os Informes Externos obtidos.

d. Funcionamento

- 1) O CIE é o órgão central do SIE para a produção de Informações Internas e de Segurança Interna.
- 2) Para a produção de Informações Externas, a 2ª Seção do EME atua diretamente, através do Canal técnico:
  - as Agências Classe A do II e III Exércitos e do CMA;
  - as Agências dos QG da 5ª, 8ª e 9ª RM.

9. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (SINPAER) - Também integra o SISNI.

Este Sistema é integrado pelos seguintes Órgãos:

- a. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)  
É o Órgão Central do Sistema de Informações da Aeronáutica e, também, coordenador da Comunidade de Informações no que se refere às Informações Internas e de Segurança Interna.
- b. Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica  
O Estado-Maior da Aeronáutica é o Órgão coordenador da Comunidade de Informações no que concerne à Informações Externas e à Informações Estratégicas Militares. Exerce, também, atividades de Informações com vistas ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial e, em particular, as que digam respeito à Política de Segurança Nacional.
- c. Órgãos de Informações da Inspeção Geral dos Comandos Gerais e dos Departamentos

- d. Órgãos de Informações de Comando Aéreo Regional
  - e. Órgãos de Informações dos Comandos Aéreos, Apoio Militar, Infraestrutura e Aperfeiçoamento e do Centro Técnico Aeroespacial.
  - f. Órgãos de Informações das Forças Aéreas e de todas as Organizações Militares com autonomia administrativa
  - g. Órgãos de Informações de Organizações Militares incorporadas a outros Comandos
10. COMUNIDADES REGIONAIS DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA INTERNA DO DISTRITO FEDERAL E DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO (Integra, também, o SISMI)
- a. Para atender ao que preconiza o Planejamento de Segurança Interna, integram cada uma dessas Comunidades, todos os Órgãos dos Governos do Distrito Federal e dos Estados da Federação, ligados à Segurança Interna.
  - b. No âmbito dessas Comunidades, as atividades de Informações são coordenadas pelas respectivas Secretarias de Segurança.
11. CONSELHOS DE DEFESA INTERNA (CONDI)
- a. Atribuições
    - 1) Assessorar os Comandantes de Zona de Defesa Interna (ZDI). ZDI é o nome dado ao espaço terrestre sob a jurisdição de um Exército ou Comando Militar de Área, para efeito das ações de Segurança Interna.
    - 2) Facilitar aos Comandantes de ZDI a coordenação das ações e a obtenção da necessária cooperação por parte das mais altas autoridades civis e militares, com sede nas respectivas áreas de responsabilidade.
  - b. Integrantes
    - Governadores de Estado, Distrito Federal e Territórios;
    - Comandos Militares sediados na ZDI (Marinha, Exército e Aeronáutica)

Estado-Maior do escalão terrestre considerado (ZDI, ADI, SADI), e chefiado pelo Chefe do Estado-Maior respectivo. As seções do CODI são chefiadas pelos titulares das Seções do EI da Força Terrestre.

Nas organizações dos CODI, são enfatizadas as Seções de Informações, de Operações e de Assuntos Cíveis.

A constituição do CODI é eminentemente flexível, sendo, normalmente, integrado por:

- 1) Oficiais do EI do escalão terrestre considerado;
- 2) Oficiais do EI dos Comandos da Marinha e de Força Aérea, sediados na área;
- 3) Representantes
  - do SHI;
  - do DPF;
  - dos Governos dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, quando for o caso;
  - dos Órgãos de Segurança Pública e das Polícias Militares Estaduais e do Distrito Federal;
  - de outros órgãos federais, estaduais e municipais, quando necessários;
  - outras autoridades ou pessoas credenciadas, quando for o caso;
- 4) Comandante do DOI, quando o CODI for dotado deste Destacamento.

d. Observações

- 1) Os CODI foram criados em decorrência das responsabilidades atribuídas aos Comandantes Militares de Área.
- 2) Os CODI existem, normalmente, no nível ZDI, podendo ser instalados nas Áreas de Defesa Interna (ADI) e nas Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI).
- 3) Os CODI não são órgãos de execução, mas sim de planejamento, coordenação e assessoria.

e. Exemplo da Constituição e do Organograma de um CODI

## 1) Central de Informações

- E2/... Ex - Chefe;
- M2/... DN;
- A2/... COMAR;
- Cmt/DOI/CODI/... Ex;
- E2/... REI;
- E2/... DE;
- Representante da Agência local do SMI;
- Representante DPF;
- Diretor DOPS;
- Chefe da 2ª Seção da Polícia Militar;
- Elementos credenciados de outros órgãos que serão convocados, quando necessário.

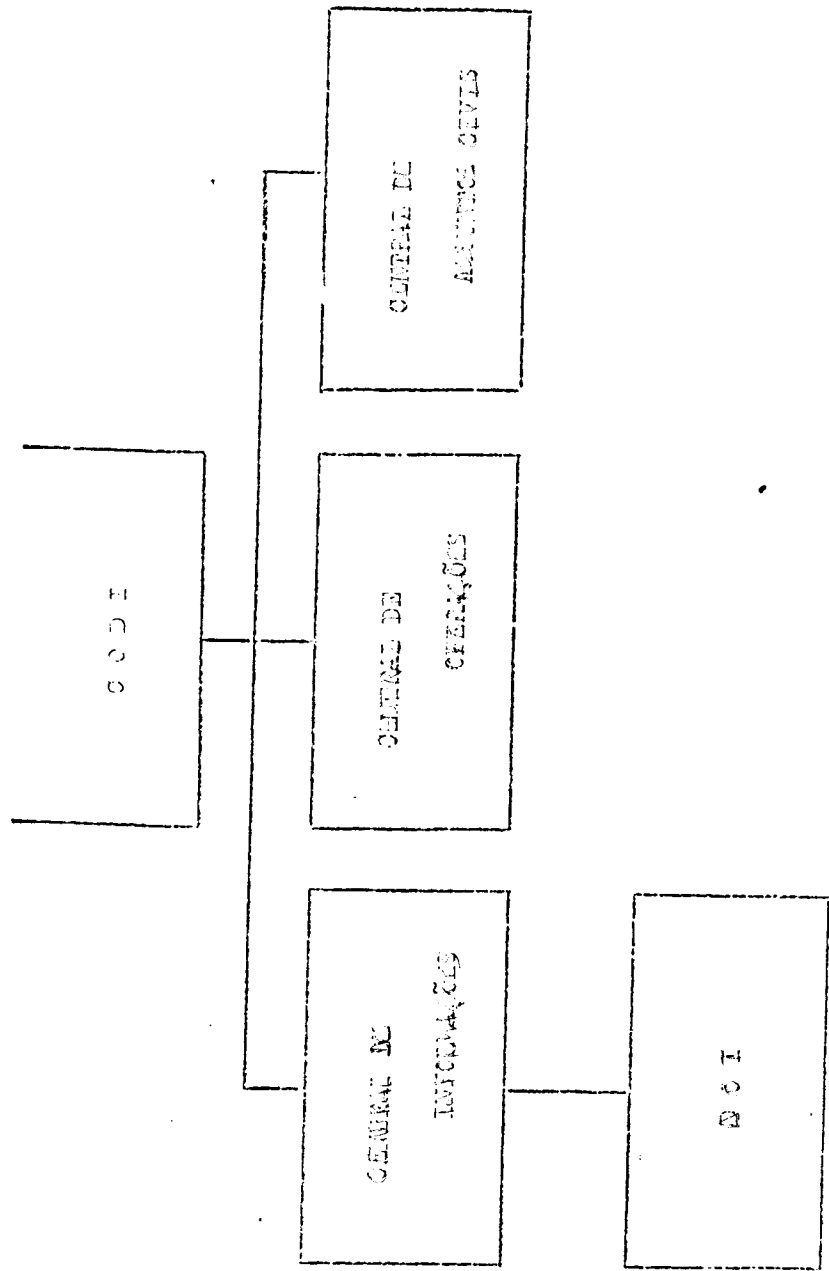
## 2) Central de Operações

- E3/... Ex - Chefe;
- M3/... DN;
- A3/... COMAR;
- E3/... REI;
- E3/... DE;
- Chefe da 3ª Seção da Polícia Militar;
- Representante credenciado da Polícia Civil;
- Elementos credenciados de outros órgãos, quando necessário.

## 3) Central de Assuntos Cíveis

- E5/... Ex - Chefe;
- M5/... DN;
- A5/... COMAR;
- Chefe da 5ª Seção da Polícia Militar;
- Representante credenciado da Polícia Civil;
- Elementos credenciados de outros órgãos, quando necessário.





f. Relacionamento do CODI com os demais Órgãos de Segurança, na sua área de jurisdição.

1) O combate ao terrorismo e à subversão só teve êxito, a partir do momento em que, cumprindo a "DIRETRIZ PARA A POLÍTICA DE SEGURANÇA INTERNA", os Comandantes Militares de Área baixaram normas centralizando as Informações de Defesa Interna e determinaram que todas as Operações de Informações fossem realizadas através de um único órgão e, sob um comando único, que é o Comandante do DOI.

2) Anteriormente, cada Órgão de Segurança realizava as suas operações, independentemente de qualquer coordenação ou planejamento global.

Em consequência, normalmente, um Órgão de Operações prejudicava as operações de outro. Enquanto um, por exemplo, estava realizando uma cerrada vigilância sobre determinados elementos, o outro, sem saber da ação do primeiro, prendia dois ou três elementos que estavam sob vigilância. Os demais membros da organização, ao saberem da prisão de seus companheiros, abandonavam a área, indo para outros Estados.

Não foram poucas as ocasiões em que um Órgão de Segurança ao neutralizar um "aparelho" encontrava no seu interior não o terrorista procurado, mas, elementos de outro Órgão de Segurança. Felizmente não ocorreram mortos de ambos os lados, embora, seguidamente, houvesse troca de tiros.

A documentação apreendida por um Órgão de Segurança ficava em seu poder e não era difundida.

Enquanto isto ocorria, as organizações se multiplicavam, os assaltos aumentavam, os sequestros proliferavam, a sabotagem era uma constante e os assassinatos prosseguiam. Só a centralização das Informações e das Operações poderia conduzir a resultados positivos.

O CODI passou, então, a coordenar as medidas de Defesa Interna e, através do DOI, a executar as ações de Operações de Informações.

- 3) O DOI, normalmente, tem liberdade de ação para atuar na cidade onde está situado. Exemplificando: em S. Paulo, o DOI tem liberdade para atuar nestas condições, na grande S. Paulo.

Quando o CODI necessita empregar o DOI em outra área, vai nos supor na cidade de Santos, o SR do II Ex, que é o Chefe da Central de Informações, entra em contato com a mais alta autoridade militar da área de Santos e participa a hora e o dia em que o DOI executará uma missão naquela cidade. Caso necessite do apoio dos elementos daquela guarnição, nesta oportunidade, solicita o apoio desejado. Por medida de segurança, não participa o local e a natureza da operação.

Quando a cidade onde o CODI deseja empregar o DOI não possui nenhum comando militar, o Comandante da Área de Defesa Interna (ADI) ou da Sub-Área de Defesa Interna (SADI), é alertado. Nestas ocasiões o elemento do DOI que chefia a operação, procura, na cidade, a principal autoridade policial e participa que realizará uma operação.

Este procedimento tem a finalidade de esclarecer aquelas autoridades e evitar que as mesmas, por desinformação, interfiram na operação.

- 4) É comum ocorrer o caso em que os Comandantes de uma ADI ou mesmo de uma SADI recorram ao CODI para uma determinação da operação. Neste caso o Chefe do CODI envia àqueles Comandantes, elementos do DOI, especializados, para o tipo de operação que vai se desenvolver.

- 5) É normal a reunião periódica dos elementos que integram as Centrais de um CODI. Em S. Paulo a Central de Informa

ções reúne-se, semanalmente, sob a Chefia do EC do II Exército.

Na ocasião são tratados todos os assuntos relativos à Segurança Interna.

Os problemas existentes são abordados e cada membro, de acordo com a situação, recebe a missão de resolvê-los. É feita uma coordenação geral, evitando-se, assim, interferências no trabalho de cada um.

- 6) Como exemplo, transcreve-se a seguir as "NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CODI de um Exército. Através dela pode-se verificar as medidas tomadas pelo Chefe do CODI no sentido de obter a centralização das informações e das operações de informações, inclusive as de Combate.

- NORMAS PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA DO ... EXÉRCITO (CODI/...EX) -

1. FINALIDADE

Determinar as normas para o funcionamento e ligações dos órgãos integrantes do CODI/... Exército, particularmente no que se refere aos trabalhos da CENTRAL DE INFORMAÇÕES (CI) e do DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI).

2. REFERÊNCIA

Planejamento de Segurança Interna (Instrução.....  
- Medidas Preventivas) do Cmt do ... Ex.

3. CONSTITUIÇÃO

- a. O CODI/...Ex é chefiado pelo Chefe do Estado-Maior do ... Exército e constituído por uma CENTRAL DE INFORMAÇÕES (2ª Seção/EM/...Ex), uma CENTRAL DE OPERAÇÕES (3ª Seção/EM/...Ex) e uma CENTRAL DE ASSUNTOS CÍVIS (5ª Seção/EM/...Ex).

- b. O DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI) é

o órgão operacional responsável pelo combate às organizações subversivo-terroristas que atuam na ZDI/... (Zona de Defesa Interna do... Exército), atuando sob o controle operacional do E/2 do EV/...Ex e Chefe da CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO CODI/...Ex.

#### 4. NORMAS DE FUNCIONAMENTO E LIGAÇÕES

As operações normais e contínuas de combate direto às organizações subversivo-terroristas são realizadas pelo DOI, com a cooperação dos demais órgãos representados no CODI/...Ex. Devido às características peculiares que envolvem o combate à subversão e ao terrorismo, particularmente o urbano, não tem sido necessário o emprego da CENTRAL DE OPERAÇÕES, enquanto que a CENTRAL DE INFORMAÇÕES está sendo, constantemente, acionada. Por decorrência, torna-se necessário determinar as seguintes normas, para o perfeito funcionamento e as ligações dos seus integrantes:

- a. Todas as Operações de Informações, inclusive as de combate aos subversivos e terroristas, realizadas por órgãos representados no CODI, serão coordenadas pelo mesmo, através do Chefe da CENTRAL DE INFORMAÇÕES (E/2 do EV/...Ex).
- b. As Operações de Informações realizadas por organizações estranhas ao CODI/...Ex deverão ser, previamente, autorizadas pelo Cmt do ...Exército, responsável pela Segurança Interna da Área, salvo as realizadas nas áreas de jurisdição das outras Forças Armadas - Marinha e Aeronáutica - (Portos, Aeroportos, etc).
- c. Todos os Informes e Informações relativos às atividades subversivas serão difundidos diretamente, no mais curto prazo, para a CENTRAL DE INFORMAÇÕES (2º

Seção do ...Ex).

- d. Todas as pessoas na área de jurisdição do ...Exército, envolvidas em subversão e terrorismo, ao serem presas serão encaminhadas diretamente ao DOI.
- e. Idêntico procedimento será tomado em relação às pessoas suspeitas de implicações na subversão e no terrorismo.
- f. O DOI tem prioridade para a execução de qualquer Operação de Informação referente à subversão e ao terrorismo na área do ...Exército, com a restrição da letra "b", devendo manter o Chefe da CENTRAL DE INFORMAÇÕES, permanentemente informado sobre as operações em curso.
- g. As ocorrências atendidas pelos órgãos da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil e Polícia Militar) deverão ser participadas, diretamente, ao Chefe da CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO CODI/...Ex, desde que sejam constatadas quaisquer ligações ou suspeitas de ligações, com subversão ou terrorismo. As pessoas presas, vítimas e testemunhas, implicadas no caso deverão ser encaminhadas ao DOI, no mais curto prazo. Quando houver dificuldade ou impossibilidade de ligação com a CENTRAL DE INFORMAÇÕES ou quando a urgência assim o aconselhar, poderá ser feita ligação diretamente com o DOI, ficando este com a responsabilidade de informar a CENTRAL DE INFORMAÇÕES.
- h. Os órgãos integrantes do CODI/...Ex deverão determinar ordens aos elementos subordinados, de modo a serem fielmente cumpridas as presentes normas.
- i. O quadro anexo demonstra as ligações existentes entre os diversos órgãos e a CENTRAL DE INFORMAÇÕES.

##### 5. COMUNICAÇÕES

Serão utilizados os seguintes meios:

a. TELEFONES

Central de Informações - CC/Comando do ... Exército

Rua .....

Telefones: .....

DOI/CODI/... Exército - Rua .....

Telefones: .....

b. RÁDIO

- Rede .....

- DOI/DOIS (DEPARTAMENTO DE GRUPO POLÍTICA E SOCIAL)

- DOI/COGOS (CENTRO DE OPERAÇÃO DA FIC)

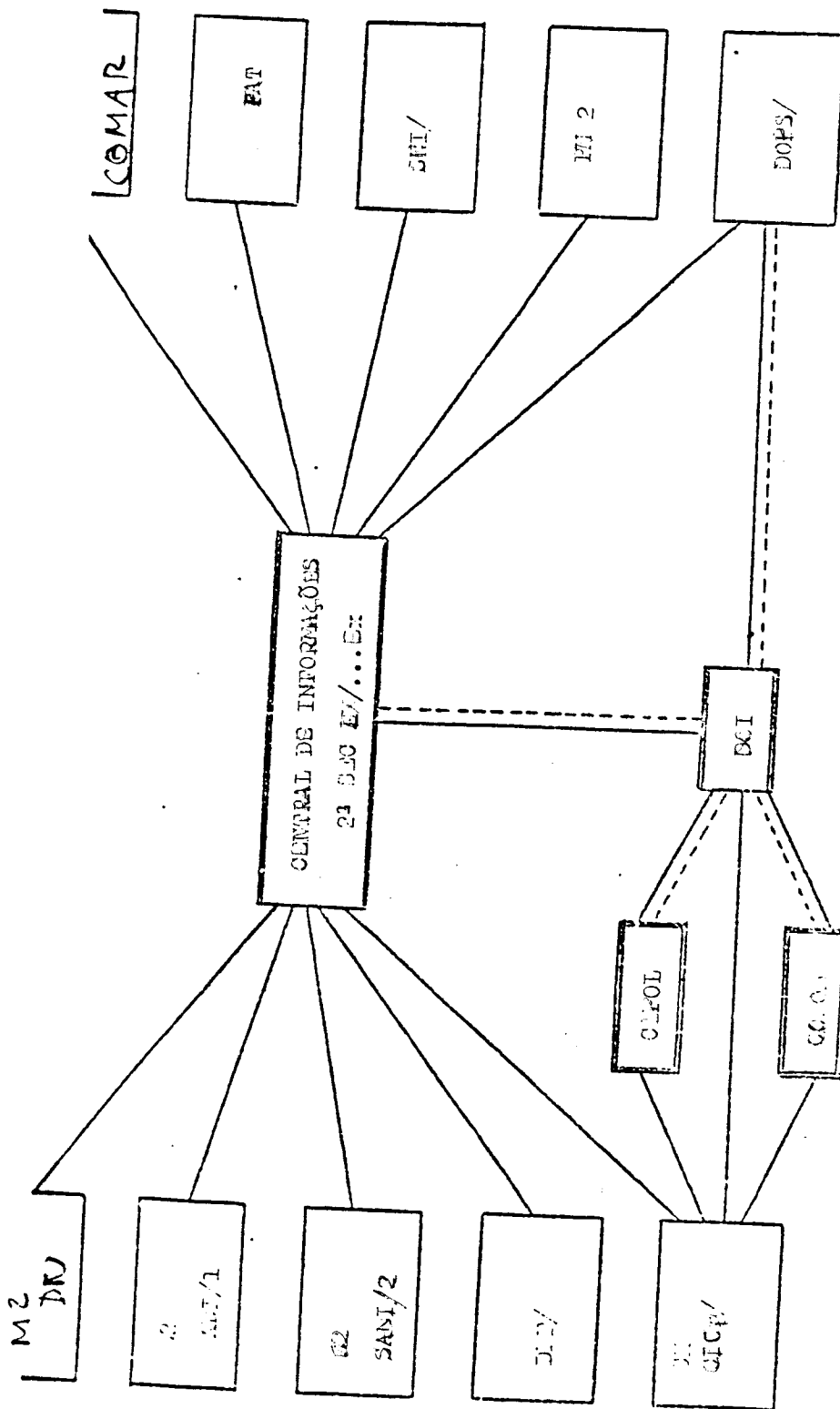
- DOI/INPOL (CENTRAL DE POLÍCIA (SIVIL))

- DOI/Pedágio.

---

General-de-Brigada .....

CHIEFE DO CODI/... EXÉRCITO



LEGENDA:

- ligação por telex, telefone direto ou telefone normal
- - - - - ligação rádio



8. Relacionamento do COME com as demais Unidades de Segurança, fora da sua área de jurisdição

As organizações subversivas ou terroristas estão estruturadas de modo a agir, ao mesmo tempo, em várias partes do território nacional. É muito comum, portanto, que um DOI, em operações, obtenha informações que exijam o prosseguimento destas operações fora de sua área de jurisdição. Neste caso podem ocorrer três situações:

- 1) As operações prosseguirão numa área onde existe um DOI. As informações são enviadas ao E2 do outro Exército, que as encaminha ao DOI que lhe é subordinado, para execução. Estas informações são enviadas pelo meio de comunicação mais rápido. Normalmente, usa-se a rede rádio ou o telex, ambas utilizando-se do "sigilo". Quando o assunto é urgentíssimo, normalmente, a ligação é feita entre os dois Comandantes de DOI que, na primeira oportunidade, comunicam o fato aos seus E2. Dependendo do caso o DOI que obteve a informação envia um ou mais elementos seus, para auxiliarem o DOI que prossegue as operações. Isto é muito usado quando se trata de seguir subversivos que cobrem pontos em várias partes do país.
- 2) As operações prosseguirão numa área onde não existe DOI. As informações, também pelo meio mais rápido possível, são enviadas ao Centro de Informações do Exército (CIE) que se encarregará de, com seus próprios meios, dar prosseguimento às operações.
- 3) Situação idêntica à anterior. O CIE, entretanto, autoriza o DOI que obteve as informações a dar prosseguimento nas operações. Neste caso o CIE faz os contatos com o Comandante Militar da Área onde as operações terão continuidade. O elemento do DOI que comandar estas opera-

ções deverá apresentar-se a este Comandante e solicitar, se for o caso, apoio para a sua missão.

1. DESTACAMENTOS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI)

a. Generalidades

Os DOI são órgãos eminentemente operacionais, executivos, nascidos da necessidade de um elemento desta natureza, adaptados às condições peculiares da Contra-Subversão.

As organizações comunistas, em particular as terroristas, atuando na clandestinidade, cercadas de mecanismos de segurança que permitam a sua sobrevivência, procuram, a todo o transe evitar o contato com as Forças de Segurança. Estas, por sua vez, estabelecido o contato através da "queda" de um militante, neutralização de um "aparelho", ou cobertura de um "ponto", impositivamente, necessitam com rapidez e de terminação, aprofundar as operações a fim de desarticular as organizações, vencendo, assim, o prazo de segurança que elas possuem. As Forças de Segurança, assim agindo, estarão impedindo-as de uma reação e de uma ação evasiva eficiente. O órgão ideal para o cumprimento destas missões é o DOI.

A criação dos DOI permitiu:

- 1) Uma eficaz capacidade de controle e coordenação de operações, evitando a superposição de esforços e economizando, portanto, meios em pessoal e material;
- 2) A rapidez de acionamento dos meios das operações de Contra-Subversão, graças ao controle centralizado;
- 3) Facilidade de seleção de pessoal qualificado e de treinamento das equipes, altamente especializadas, para enfrentar nas melhores condições os métodos e as técnicas operacionais das organizações comunistas;
- 4) A possibilidade, pouco visualizada, de absorção de uma vasta experiência operacional, contínua e provada em

suas inovações e adaptações na própria luta.

Esta prática operacional evoluiu para uma doutrina de Operações de Informações, peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da Contra-Subversão no Brasil. Desta forma deixou-se de traduzir e copiar para aplicar. Assim, dentro das nossas características, moldadas ao nosso ambiente e ao nosso homem, nasceu e forjou-se uma doutrina de Operações de Informações, específicas da Contra-Subversão no Brasil.

b. Missão

Os DOI são órgãos operacionais dos CODI, destinados ao combate direto às organizações subversivas. Têm por missão desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização.

c. Constituição

- 1) Dadas as características do combate à subversão, sempre que modificações foram observadas quanto ao modo de agir das organizações subversivas, os DOI devem aperfeiçoar a sua estrutura;
- 2) O efetivo e a constituição dos DOI não devem ser fixos e nem rígidos, para não prejudicar a dinâmica do combate ao terrorismo;
- 3) Os DOI necessitam de um grande apoio em pessoal que pode ser dado tanto pelas Polícias Civis, como pelas Polícias Militares.

É necessário, entretanto, que se realize uma seleção rigorosa entre os membros destas polícias que se destinam aos DOI. Não querer utilizar estes policiais escudados nas premissas falsas de que todos eles são corruptos, incapazes, desonestos, incompetentes e preguiçosos, constitui um procedimento que não se adapta à realidade.

É verdade que são inúmeros os policiais com estes defei

tos, mas existem muitos oficiais e praças das Polícias Militares, Delegados de Polícia e Investigadores que são homens dignos, corretos, honestos, trabalhadores e que só honram as corporações onde trabalham. São homens desta estirpe que se devem procurar para integrar os DOI e quanto em maior número eles forem melhor para as Forças Armadas, pois menor será o ônus a elas atribuído, no que se refere a constituição dos efetivos dos DOI.

Os postos-chaves e as funções de chefia deverão, entre-tanto, permanecer sob a responsabilidade das Forças Armadas. Assim os policiais trabalharão sempre enquadrados por elas.

O DOI/CODI/II Ex, por exemplo, possui um efetivo de mais de 250 homens e, destes, menos de 80 pertencem às Forças Armadas.

- 4) Embora o DPF tenha muita carência de pessoal, pelo menos alguns de seus homens devem integrar os DOI, pois todos os órgãos com encargos de Segurança Interna, devem neles se fazer representar.
- 5) Essa constituição mista além de traduzir uma demonstração nítida da reunião dos esforços de todos os órgãos responsáveis pela Segurança Interna, apresenta inúmeras outras vantagens, tais como: a compreensão, o apoio e a consideração que os vários órgãos do Governo prestam aos DOI, principalmente através do apoio aéreo, do transporte de presos, do acesso aos serviços de identificação e às delegacias de polícia, do apoio do serviço de rádio-patrolha, do Instituto Médico Legal e de instalações. Esse apoio é consciente e contínuo, pois os chefes destes serviços vêem nos DOI uma comunidade que trabalha irmanada para alcançar um objetivo comum: o de manter a paz e a tranquilidade social para que o Governo possa, sem riscos e sem pressões, continuar o seu trabalho em

benefício do povo brasileiro.

- 6) Convém salientar que cada ZDI tem as suas próprias peculiaridades e que as organizações terroristas agem de modo diferente em cada local onde atuam, não sendo, portanto, lógico dar a mesma constituição a todos os DOI existentes no Brasil.

d. O Controle Operacional do DOI

O DOI está sob o controle operacional do E2, do EMG do Comando da ZDI. Caso um DOI venha a ser criado na sede de uma ADI, ou mesmo de uma SADI, deverá permanecer sob o controle operacional do E2, do EMG do mais alto escalão situado na área.

e. As características necessárias a um comandante do DOI

- 1) Ser um oficial com vivência de Informações, sendo necessário que seja, antes, preparado para a função. Isto poderá ser conseguido designando-o, com antecedência, para a função de adjunto da 2ª Seção do EMG da ZDI, encarregando-o do Campo Psicossocial. Por força de sua função será obrigado a manter um contato diário com tudo o que ocorre no DOI, acompanhando, assim, todas as operações em curso.
- 2) Ter plena consciência da responsabilidade da sua função e dos riscos que ela acarretará, não só para si, mas, para a sua família.
- 3) Possuir pendor e mentalidade compatível para o trabalho de Operações de Informações.
- 4) Ter a capacidade de manter um diálogo fácil, situado sempre num plano elevado e de cooperação, mas sem comprometimento, com as autoridades civis que tiver que manter contato.
- 5) Poder se impor aos seus subordinados, particularmente a-

través de uma liderança natural e espontânea, realizando o seu trabalho anonimamente, evitando o vedetismo.

- 6) Estar sempre atento a fim de pressentir os envolvimentos sutis, resistir às tentações e não se deixar corromper.
- 7) Dedicar-se integralmente à sua função.
- 8) Ter uma longa perspectiva na sua carreira.
- 9) Ser oficial superior de nível major ou tenente-coronel se possível com o curso da Escola de Comando e Estado-Maior.

f. Composição e Organogramas de um DOI

A título de exemplo é mostrado, a seguir, a composição de um DOI.

Convém esclarecer que o trabalho nestes Destacamentos deve ser contínuo, durante as 24 horas do dia. Para conseguir este objetivo, é comum se estabelecer dois regimes de trabalho: um diário (expediente normal, das 0800 às 1800 horas) e outro alternado (24 horas de trabalho por 48 horas de folga).

- 1) Comandante  
Oficial Superior do QELM, adjunto da 2ª Sec/EMG/Ex, indicado pelo Cmt do Ex.
- 2) Chefe do Setor de Operações de Informações
  - Chefia privativa de Oficial das Forças Armadas;
  - Assessora o Cmt do DOI na parte Operacional;
  - É o Sub-Cmt do DOI.
- 3) Seção de Investigação
  - a) Cabe a esta Seção, fundamentalmente, a realização de investigações com a finalidade de identificar e localizar elementos subversivos.  
Seus integrantes, normalmente, não devem ser identifi

cados pelos elementos a serem presos, cabendo a prisão dos mesmos à Seção de Busca e Apreensão. Entretanto, podem existir ocasiões em que os integrantes da Seção de Investigação sejam obrigados a efetuar prisões, neutralizar "aparelhos" e apreender material subversivo, agindo nos mesmos moldes da Seção de Busca e Apreensão.

b) Chefia e Sub-chefia da Seção

Privativa de Oficial das Forças Armadas.

c) Turmas Complementar

- Composta de oficiais e praças da Polícia Feminina da PM e de investigadoras da Secretaria de Segurança Pública;
- Complementam as Turmas de Investigação quando o serviço exige a presença de um elemento feminino.

d) Turmas de Investigação

- Constituem as Unidades Operacionais da Seção;
- Cada Turma é composta de duas pessoas: Um agente e um auxiliar, podendo ser reforçadas por elementos da Turma Complementar;
- Cada Turma tem o seu próprio carro, normalmente um VW, todos equipados com rádio.

4) Seção de Informações e de Análise

a) Deve estar em condições de fornecer ao Cmt do DOI e às demais seções do Destacamento: Informes, Informações, estudos e conclusões sobre as organizações subversivo-terroristas que atuam na área da EDI.

b) Chefia

Cargo privativo de Oficial das Forças Armadas.

c) Sub Seção de Análise

São suas atribuições:

- Analisar os depoimentos prestados no DOI ou recebidos de outros órgãos;
  - Analisar o material apreendido em "aparelhos" e em poder dos presos;
  - Pesquisar dados para complementar ou elucidar fatos constantes dos depoimentos de presos e demais documentos recebidos;
  - Fornecer subsídios ao Setor de Operações e à Sub Seção de Interrogatório;
  - Manter para cada organização subversivo-terrorista uma pasta com o "Histórico da Organização", relação de nomes e codinomes, relação de "ações" e um album com as fichas de qualificação, fotografia, atuação e situação de cada elemento;
  - Elaborar as Informações encaminhadas à 2ª Seção do Exército;
  - Fichar os elementos presos ou encaminhados ao DOI, bem como todos os demais que foram envolvidos e enquadrados na LSN, pelos demais órgãos de Segurança do país;
  - Organizar, atualizar e manter o Arquivo Geral, contendo o fichário e o dossiê de cada elemento fichado;
  - Confeccionar, atualizar e manter os albums fotográficos dos elementos presos e dos procurados;
  - Realizar a identificação datiloscópica e fotográfica dos presos;
  - Organizar e manter o arquivo fotográfico;
  - Organizar e manter o arquivo datiloscópico;
  - Confeccionar e controlar os documentos de identidade do pessoal do Destacamento.
- d) Sub Seção de Interrogatório
- Responsável pelo interrogatório dos presos;
  - Chefia: Oficial das Forças Armadas;



- Esta Sub Seção possui três Turmas de Interrogatório Preliminar, cada uma chefiada por um Oficial das Forças Armadas, nível capitão, de preferência com o Curso da ENAO e o Curso Superior de Administração de Empresas ou de Economia. Estas Turmas são compostas de 6 elementos cada. Subordinada ao Chefe de cada Turma de Interrogatório Preliminar, existe uma Turma Auxiliar, encarregada do Centro de Comunicações, da carceragem e de datilografar os interrogatórios.

5) Seção de Busca e Apreensão

Cabe a esta Seção efetuar as prisões, cobertura de pontos, neutralização de "aparelhos", apreensão de material subversivo, coleta de dados que possibilitam o levantamento de elementos subversivos, condução de presos para o DOPS, Auditorias, hospitais, etc.

a) Chefia - Privativa de Oficial das Forças Armadas;

b) É dividida em 3 Grupamentos A, B e C, cada um composto de 4 Turmas de Busca e Apreensão. Cada Turma compõe-se de 3 a 5 elementos, possuindo cada uma, para o seu transporte, uma C 14, ou um opala ou ainda uma Kombi, todos equipados com rádio.

c) Compõem também a Seção de Busca e Apreensão 4 Turmas de Coleta de Dados, cada uma constituída de 2 elementos: um Oficial da PM ou de um Delegado de Polícia e um motorista. Utilizam para seu transporte, carros VW, equipados com rádio.

A Turma de Coleta de Dados tem por missão coletar dados nos órgãos oficiais, universidades, colégios, etc.

6) Seção Administrativa

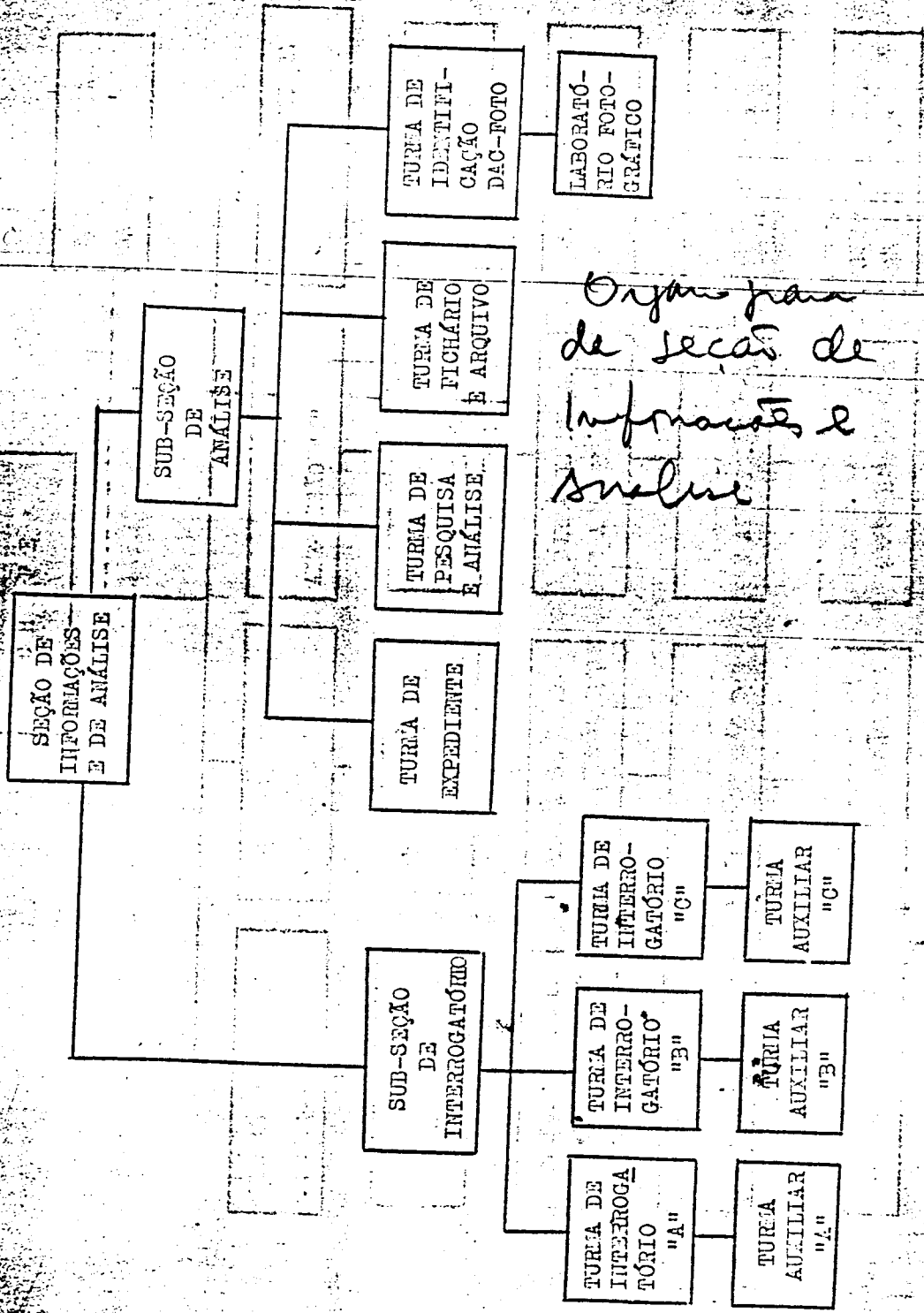
Assegura o apoio logístico ao Destacamento.

7) Assessoria Jurídica e Policial

Chefiada por um Delegado de Polícia.  
Sua missão é assessorar o Cnt do DOI em assuntos de polícia judiciária, elaborar a documentação formal e legal, referente ao material apreendido e controlar a managem dos presos que tenham sido liberados.



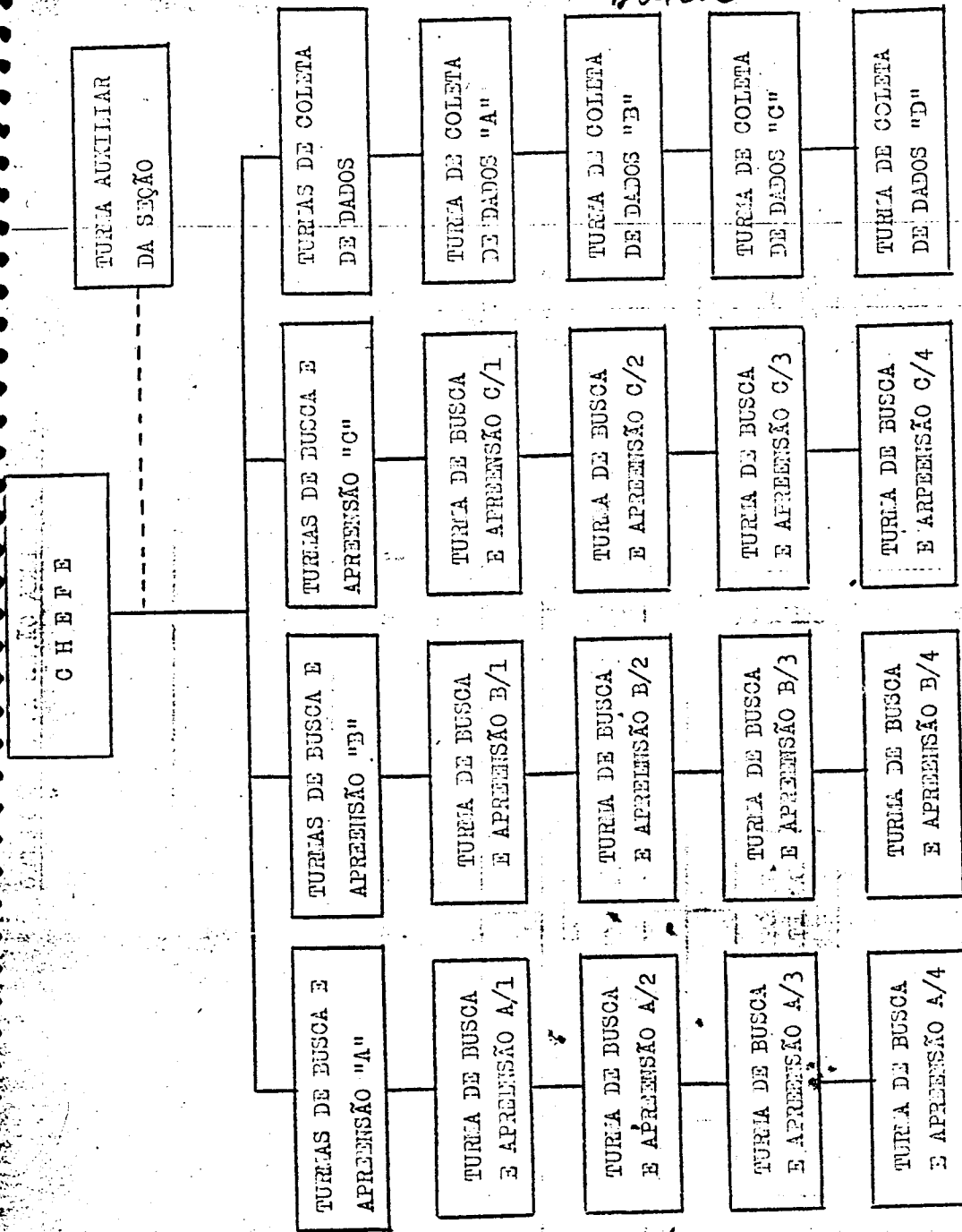
ORGANIGRAMA DA SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE ANÁLISE



*Organograma da seção de informações e análise*

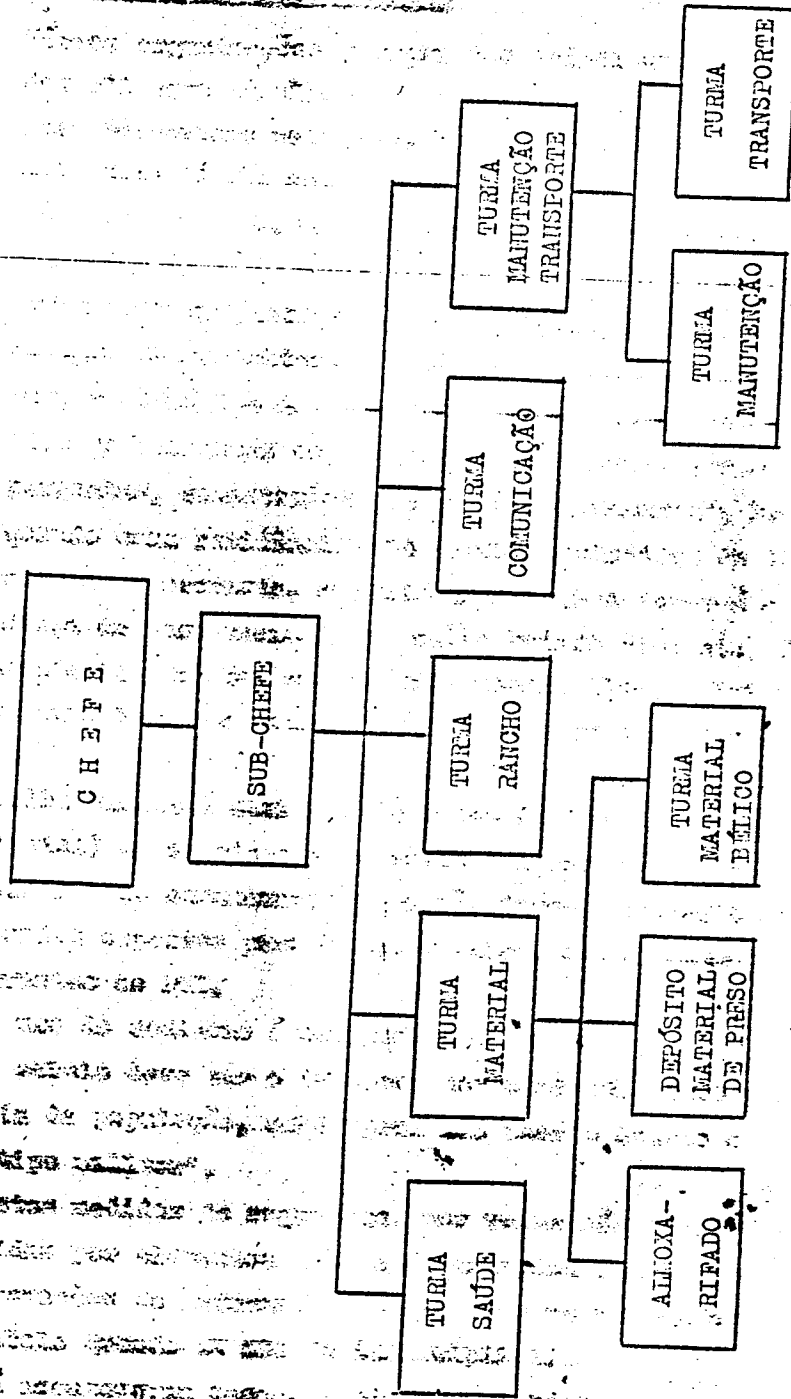
atos  
pina  
asse:  
sim  
ção

*Organograma da Seção de Busca e Apreensão*



atos  
brasil  
55555  
1980

ORGANOGRAMA DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA



atos  
reser  
esta  
ção

### 5. Segurança do Pessoal do DOI

Várias organizações terroristas selecionaram os componentes dos DOI como os elementos prioritários para serem atingidos pelo terrorismo seletivo.

Este fato já foi comprovado através de "levantamentos" de elementos do DOI, apreendidos após a neutralização de "aparelhos".

Outro fato que, constantemente, intranquiliza os membros de quelas Destacamentos, são os telefonemas anônimos ameaçadores, às famílias dos mesmos e o aparecimento em suas residências de elementos estranhos, fazendo determinados tipos de perguntas, características de "levantamentos". Deste modo quando suas residências se tornam conhecidas de alguma organização terrorista, a medida imediata a tomar é a rápida mudança de residência, para outro bairro distante, feita normalmente à noite, em viaturas usando placas "frias", e sem nenhum dado que possa identificar a quem elas pertencem.

Além destas cuidados, essa norma de segurança, para o trabalho diário é obrigatório o uso do traje civil (esporte ou social) de acordo com a missão a desempenhar. Como os oficiais e os comandantes de seção devem, de preferência, usar trajes esportos para se confundirem com a maioria dos integrantes do DOI.

O uso do codinome é obrigatório.

O cabelo deve ter o tamanho, normalmente, usado pela maioria da população, sendo proibido usar o cabelo com corte "tipo militar".

Estas medidas de segurança, por vezes não são bem compreendidas por elementos não familiarizados com a atividade de Operações de Informações e que vêem no uso da barba ou do cabelo grande um ato de indisciplina.

Já aconteceram casos, isolados é verdade, em que integrantes de um DOI, necessitando tratar de algum assunto em suas Organizações Militares de origem, quando não eram impedidos

de nelas penetrar, eram tratados com má vontade, em que pese possuírem um documento de identidade, assinado pelo Comandante do Exército, autorizando o uso do traje civil.

Este procedimento, por parte de algumas autoridades militares, dá a entender que os elementos destes Destacamentos são indisciplinados, desengoadados e sem espírito militar.

Entretanto, é necessário frisar que a realidade não é esta, vale citar o exemplo do II Exército onde, em 3 anos, 90 componentes do DOI/CODI/II Ex foram condecorados com a Medalha do Pacificador com Palma, todos por terem entrado em combate, várias vezes, tendo sempre demonstrado disciplina, lealdade às ordens dos superiores e praticado atos de bravura. Convém ainda salientar que o DOI/CODI/II Ex já teve um de seus integrantes, o Delegado de Polícia, Dr. Octavio Gonçalves Moreira Junior, assassinado, covarde e friamente, pelas costas, num ato de terrorismo coletivo, quando se encontrava no Rio de Janeiro, em visita a suas familiares.

Além do Dr. Octavio, o DOI/CODI/II Ex perdeu em combate o 3º Sgt PM Silas Bispo Fcohe, metralhado ao abordar um carro ocupado por terroristas; um 3º Sgt PM com ferimentos graves que o levariam à reforma e, ferimentos leves em 3 oficiais, 8 sargentos e 11 cabos e soldados da FMEP.

A seguir, é anexada uma cópia do ofício circular do Comandante do II Exército, onde aquela autoridade procura alertar os comandantes subordinados, evitando que os membros do DOI, sejam tratados de maneira inadequada.



RESERVA

MINISTERIO DO EXERCITO  
COMANDO DO II EXERCITO  
QUARTEL - GENERAL

São Paulo, SP,

Do Comandante do II Exército

Ao

Assunto: Integrantes do DOI/CODI II Ex

Of nº 35 E2

- CIRCULAR -

Tendo chegado ao conhecimento deste Comando que, em algumas OM deste Exército, há uma certa incompreensão relacionada com seus / próprios elementos que integram o Destacamento de Operações de In- / formações do CODI/II Ex, face à apresentação pessoal dos mesmos / impactada pelas circunstâncias que tipificam a natureza da luta em que estão empenhados, resultando mesmo em atitudes de má vontade / para com aqueles que, com bravura, denodo e coragem estão na 1ª / linha de combate ao terrorismo, dou por muito bem recomendado que todos os Cmt e Chefes de OM dêem o máximo de apóio e prestígio / / aqueles que pertencem a este Destacamento e que esclareçam a te- / dor os seus subordinados das responsabilidades e perigos enfrenta- / dos, para que se crie um ambiente de reconhecimento e admiração, / por aqueles que, diuturnamente, arriscam suas vidas na manutenção da segurança interna e salvaguarda de nosso estilo de vida.

Ass: \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_\_

Assunto: \_\_\_\_\_

General do Exército HUBERTO DE LORZA BELLO

Comandante do II Exército

## ARTIGO III

## RESULTADOS OBTIDOS APÓS A CRIAÇÃO DO SMOGEMTU

1. Segundo YURI XAVIER PEREIRA, a quem já nos referimos anteriormente, em 1972 a situação era a seguinte: "Mas o inimigo não permaneceu inativo. Tomou adotar as medidas que lhe permitissem recuperar a iniciativa. Para uma situação crítica, tomou as necessárias medidas táticas. Não descurou da parte técnica, incrementando o treinamento policial e aperfeiçoando os seus métodos de investigação. Tomou uma medida fundamental que é a centralização do controle da Informação e da Repressão, criando a Operação Bandeirante em S. Paulo e o COTI na Guanabara. Aumentou a sua potência de fogo e melhorou seu equipamento. Conseqüentemente, o seu volume de informações e capacidade de reação e de resposta, foi aumentando gradativamente".
2. Se não bastassem as palavras de um líder terrorista, seria conveniente analisarmos a fase atual que o nosso país atravessa:
  - a. Por que não existem mais sequestros de pessoas e de aviões, a tomada das estações de rádio para a transmissão de mensagens subversivas, o assalto aos quartéis e às sentinelas isoladas, o assassinato seletivo, os atos de sabotagem, as panfletagens armadas, e incitamento dos estudantes às doces e às greves estudantis?
  - b. Por que cessaram os assaltos terroristas às agências bancárias e aos carros pagadores?
  - c. Será que o Movimento Comunista Internacional, que sempre procurou criar dificuldades a todos os países não comunistas, resolveu não mais criar os mesmos transtornos ao Brasil? Haveria um motivo justificado para que ela assim agisse?
  - d. Acabou realmente a subversão e o terrorismo no Brasil?

e. Sem dúvida que não. O que ocorre é que o terrorismo, no momento, não tem condições de atuar. Isto está acontecendo devido às medidas sócio-econômicas tomadas pelo Governo, pela manutenção do AI-5, da Lei de Segurança Nacional, do Decreto-Lei nº 477 e pelos êxitos, sempre crescentes, dos Órgãos de Segurança que integram o SISSEGIN.

Esta paz e tranquilidade que hoje todos nós desfrutamos não foi conseguida sem sangue, sem sofrimentos, sem a morte de vários brasileiros que deixaram viúvas e filhos órfãos e sem o mutilamento de vários irmãos que se tornaram inválidos.

Sim, o Brasil está em calma, mas esta calma custou a vida de 105 chefes de família e ferimentos, alguns graves, em outros 343.

Além dos que morreram e daqueles que foram feridos, seria conveniente citar o caso de inúmeros dos nossos homens que trabalham nos Órgãos de Segurança e que ficaram traumatizados, face à ameaça contínua à vida de seus familiares, aos constantes "levantamentos" encontrados em "aparelhos" para assassiná-los e à campanha de difamação que procuram lançar sobre seus nomes, em publicações estrangeiras lançadas pelo mundo todo.

3. Para todos os brasileiros que tiveram oportunidade de manter contato com os oficiais de Informações do exército argentino, chileno e uruguaio, é reconfortante ouvir o testemunho desses oficiais que, ao estudarem o nosso SISSEGIN, sentem que estamos certos e ficam admirados de ser ele uma criação inteiramente nossa.

4. O Chile e o Uruguai adotaram em seus países um sistema semelhante ao nosso, adaptados às leis e às peculiaridades existentes em cada um deles.

Os resultados da Contra-Subversão e do Contra-Terrorismo são evidentes nesses dois países.

*Argentina*  
A ~~Argentina~~ continua a combater a subversão e o terrorismo através de suas forças policiais e não tem tido os êxitos esperados, em que pese todas as medidas sócio-econômicas, aliadas a outras de caráter liberal que aquela nação irmã vem adotando.

ent  
for  
des

## ARTIGO IV

ass

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A TÁTICA ATUAL DAS ESQUERDAS NO BRASIL

osi

1. No 2º semestre de 1973 o DOI/CODI/II Ex ao "estourar um aparelho", em S. Paulo, apreendeu um documento elaborado por uma "FRENTE", constituída por várias organizações comunistas. Esse documento, intitulado "ESTRATÉGIA PARA A TOMADA DO PODER", dada a sua importância foi entregue, pessoalmente, pelo Comandante do II Exército ao Ministro do Exército.
2. A tática preconizada era, resumidamente, a seguinte:
- Mover uma campanha, utilizando-se dos elementos infiltrados nos principais meios de comunicação, com a finalidade de sensibilizar os meios políticos e jurídicos do país, particularmente certas entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil, para os temas do "Restabelecimento do Estado de Direito no Brasil", "Campanha pelo Restabelecimento do Habeas Corpus", "Campanha contra o AI-5, Lei de Segurança Nacional e Decreto-Lei 477".
  - Durante a fase dessas "Campanhas", as organizações não executariam nenhum ato terrorista. Continuariam no seu lento, mas seguro, trabalho de reestruturação e de aliciamento.
  - Caso o Governo atendesse a todas essas reivindicações, permaneceriam durante alguns meses sem praticar qualquer ação terrorista, aguardando a total desmobilização dos Órgãos de Segurança, isto é, até a extinção do SISSEGIN.
  - Uma vez extinto esse Sistema e sem poder contar com o AI-5 e com a Lei de Segurança Nacional, estaria o Governo expos-

- to, diante da força tecnicamente armada da subversão.
- e. Recomeçariam toda a onda de terror, de mortes e de destruição, procurando levar o país ao caos econômico e político.
  - f. Formariam uma "FRENTE", constituída por todos aqueles que são contra o regime e o Governo, quer sejam eles comunistas ou não e a pretexto de "derrubar a ditadura", fariam uma revolução.
3. Ao analisarmos os ~~primeiros meses de Governo do Presidente Ernesto Geisel~~, verificamos a intensa campanha promovida em toda a imprensa, no parlamento e nas associações de classe, visando a "Abertura Democrática". Felizmente após o discurso Presidencial de 29 de agosto de 1974, esta campanha se esvaziou, pois o Exmo Sr Presidente foi bem claro ao declarar que "o futuro do país será construído dentro do quadro do nosso regime democrático".

## ARTIGO V

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CRÍTICAS FEITAS AOS ÓRGÃOS DO SISSEGIM

1. "O COMBATE À SUBVERSÃO DEVERÁ RETORNAR ÀS POLÍCIAS ESTADUAIS, OU ENTÃO, FICAR SOB A RESPONSABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL. AS FORÇAS ARMADAS DEVEREM SE RECOLHER AOS SEUS QUARTÉIS, POIS ESTA NÃO É A SUA MISSÃO. ASSIM AGINDO ESTAREMOS EVITANDO O SEU CONSTANTE DEGCASTE PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA"

Essa crítica não nos parece coerente face aos seguintes argumentos:

- a. As nossas Polícias, tanto a Estadual como a Federal, não estão estruturadas para este tipo de missão. Sabemos das dificuldades que elas enfrentam para cumprir as missões que lhe estão afetas, tais como: combate à criminalidade, ao tráfico de entorpecentes, ao contrabando, à censura, o controle de estrangeiros, etc.

- b. Mesmo que se pretenda formar uma nova polícia, ou estruturar o Departamento de Polícia Federal, isto somente seria conseguido num longo prazo, nunca inferior a 15 ou 20 anos. Seria aconselhável lembrar que a Polícia Federal Argentina é muito mais antiga, mais bem estruturada e com maiores tradições que a nossa, entretanto, não tem conseguido êxito no combate à subversão.
- c. Até a criação do SISSEGIN, o combate à subversão estava entregue às nossas polícias e todos nós sabemos o quanto elas se mostraram incapazes de combater a guerrilha urbana.
- d. Não se pode dizer que as nossas Forças Armadas não estão nos seus quartéis. O Exército, que por ser a Força Terrestre, contribui com o maior efetivo para o SISSEGIN, não emprega mais de 600 homens nesse Sistema.
- e. As Forças Armadas, além de outras missões, devem estar preparadas para uma guerra externa que poderá existir ou não, a longo prazo. Mas elas não podem se descuidar da guerra interna que está latente, aguardando o momento propício para a sua eclosão.
- f. Mesmo que admitamos a existência de uma guerra externa, há possibilidade de que ela seja deflagrada por motivos ideológicos e se isto acontecer, teremos que estar em condições de combater, não só o inimigo externo, mas, também, o inimigo interno que a ele se aliará.
- g. Outro fator importante é o que se refere ao aspecto doutrinário. Durante os acontecimentos de Registro, a doutrina empregada foi a tradicional e que não obteve êxito. Atualmente, em Cambiú, adotamos uma doutrina nova, brasileira, e o êxito responde pelo seu acerto. Também na guerrilha urbana estamos formando a nossa própria doutrina e obtendo constantes sucessos.
- h. Na hipótese das Forças Armadas abandonarem a missão de com-

gaste é muito relativo, pois a maioria absoluta do povo brasileiro reconhece que vivemos num período de calma e de tranquilidade e que boa parcela deste êxito, cabe ao trabalho das nossas Forças Armadas na manutenção da Segurança Interna.

2. OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS QUE INTEGRAM UM ÓRGÃO DE SEGURANÇA PERDEM AS SUAS CARACTERÍSTICAS DE MILITARES. O CONVÍVIO COM OS POLICIAIS DEFORMA A SUA PERSONALIDADE

A experiência obtida nos DOI demonstra que isto não ocorre. Nos nossos DOI existe disciplina que acima de tudo deve ser consciente. Entretanto, devido ao tipo de serviço é uma disciplina diferente da existente no interior dos nossos quartéis. O grupo dos nossos oficiais e sargentos que, após alguns anos de serviço nos DOI, regressam às suas Unidades, em menos de 48 horas, já estão perfeitamente adaptados à vida da caserna.

O que ocorre é que são obrigados, por questão de segurança, a usar o traje civil de acordo com a missão, bem como a usar o cabelo de tamanho, normalmente, usado pela maioria da população.

Estas medidas de segurança, por vezes não são bem compreendidas por elementos não familiarizados com a atividade de Operações de Informações e que vêem no uso da barba, do cabelo grande ou do traje civil, um ato de indisciplina.

3. TODO O MILITAR QUE VAI PARA O DOI, MAIS CEDO OU MAIS TARDE, ACABA SE CORROMPENDO

Esta é uma generalização que fere a maioria absoluta daqueles que "com bravura, denodo e coragem estão na primeira linha de combate ao terrorismo e que, diuturnamente, arriscam suas vidas na manutenção da Segurança Interna e salvaguarda de nosso estilo de vida". *Adaptado de...*

Existiu um caso, raro, em que se constatou que elementos de um DOI estavam envolvidos em contrabando. Entretanto, não foi no

DOI que se corromperam. Isto ocorreu quando estavam numa de nossas Unidades. O que aconteceu foi que alguns destes corruptos saíram desta Unidade e foram para este DOI, onde continuaram a praticar a corrupção, até o momento em que foram descebertos e tomadas todas as providências legais visando puní-los.

4. NOS DOI OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS, FAZE AO SOBREVIVIR COM OS POLICIAIS, SE BRUTALIZAM. A TORTURA É GENERALIZADA E INDISCRIMINADA

Esta é outra falsa afirmação que também se generalizou. Os que assim falam ignoram um trabalho importantíssimo executado nos DOI, que é a recuperação dos elementos envolvidos na subversão. Naturalmente, existem subversivos altamente imbuídos da ideologia marxista e que portanto, normalmente, são irrecuperáveis. Mas a maioria é possível recuperar. Só em S. Paulo, mais de 200 estudantes, todos pertencentes à organizações terroristas, foram recuperados e entregues aos seus pais.

Este é um trabalho anônimo, mas altamente eficiente, que exige a atuação de oficiais preparados, normalmente com curso superior de Economia ou de Administração, que discutem os problemas com os subversivos e, através de dados e informações concretos, conseguem provar que o caminho que a subversão lhes ensinou não é o verdadeiro.

É conveniente citar parte do depoimento de um universitário, pertencente à ALN e preso pelo DOI/CODI/II Ex: "Tomei esses problemas que levantei, referentes ao engajamento progressivo do estudante nos quadros da organização foram esclarecidos à mim somente agora, após a minha prisão, quando foi exigido um profundo questionamento interior de minha pessoa e, ainda mais, uma reflexão quanto ao futuro que me esperava se continuasse na mesma direção de vida. Não foram experiências vividas, mas o simples fato de perceber todo o seu conteúdo e suas implicações já foram suficientes para que eu ficasse com uma visão clara, a partir da qual tomei uma posição segura, pois desta



vez tive a oportunidade de ser esclarecido, e pude ver todos os erros que cometi ao participar da subversão. Ao pensar se fiz algo de bom, de produtivo, durante o tempo em que atuei como elemento subversivo, olho ao meu redor e vejo uma grande falta de responsabilidade minha para com minha esposa, envolvendo-a e ocultando-lhe a minha atividade, para com a minha família, fazendo-a passar por todo um sofrimento desnecessário, pois foi em nome de uma mudança social, abstrata, não fundamentada, que causei todos esses danos. Quanto à minha contribuição social, não identifique nenhum progresso que eu tenha gerado: críticas e críticas, mas desligadas de um comprometimento de construção e portanto sem fundamento. Descobri-me quase que como uma criança que se deixou levar, pois não soube avaliar os riscos que corria, os fundamentos de que era pregado e sobretudo a necessidade dessa mudança social. Como eu, imagino que haja centenas de estudantes, os quais em nenhum momento eu gostaria que dependessem da prisão para serem esclarecidos. Todas as observações que coloquei ficam como uma colaboração de alguém que passou por um processo de politização deformador e que espera que existam meios de se evitar todas essas situações, que no seu conjunto só são prejudiciais ao indivíduo e à sociedade. Para a solução dessas situações, creio eu que é necessário que aqueles responsáveis pelo desenvolvimento brasileiro tomem medidas preventivas, exigindo a participação do estudante nos problemas brasileiros, ao mesmo tempo que esclarecendo-o a respeito dos mesmos, evite que somente a longo prazo nós, estudantes, compreendamos que realmente o Governo Brasileiro está no caminho certo, pois até lá permanecerão muitos descontentes, que poderão gerar grandes perdas ao desenvolvimento brasileiro".

## ARTIGO VI

A FORMAÇÃO DE QUADROS PARA O TRABALHO NO SISSEGIN

1. GENERALIDADES

a. Nos números anteriores do presente Capítulo recordamos os aspectos principais do SISSEGII: sua criação, constituição, missão, atribuições e, principalmente, a imperiosa necessidade de mantê-lo em funcionamento para proporcionar a Segurança ao nosso Desenvolvimento.

b. Devemos considerar que os integrantes do SISSEGII, após um determinado período, que varia entre dois e quatro anos, devem ser substituídos. Estes homens, como sabemos, não pertencem só aos DOI, mas, também, ao CENIMAR, ao CIE, ao CISA, às Segundas Seções das Forças Singulares e das Polícias Militares, à alguns serviços dos DOPS das Secretarias de Segurança Pública e da Polícia Federal.

São homens de diversos níveis intelectuais, desde o oficial com o curso de Comando e Estado-Maior até o agente de operações.

c. Na constituição dos nossos DOI procuramos analisar as vantagens da sua constituição mista. Vimos, ainda, que os elementos desses Destacamentos têm as mais variadas origens: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal e das Polícias Cíveis e Militares dos diferentes Estados.

d. Procuramos, também, ressaltar a importância da criação de uma doutrina brasileira para o combate à subversão, bem como a necessidade de aperfeiçoá-la constantemente.

e. Entretanto, <sup>\*</sup> no SISSEGII, muitos desses agentes, que vieram no combate à subversão, não são capazes de manter a doutrina, cada um, ao integrar outro Sistema, sem consigo os conhecimentos adquiridos no SISSEGII. Embora não participem intelectualmente do Sistema.

f. As Forças Armadas, as Polícias Militares, as Secretarias de

\* Os homens que integram o SISSEGII, muitos deles, quando vão para outros Destacamentos, não são capazes de manter a doutrina, cada um, ao integrar outro Sistema, sem consigo os conhecimentos adquiridos no SISSEGII. Embora não participem intelectualmente do Sistema.

Segurança Pública e o Departamento de Polícia Federal d  
jando formar ou aperfeiçoar os seus homens que integrar  
SISSEGIN, os enviam para a Escola Nacional de Informação  
Esta Escola, ~~entretanto, não atende às necessidades~~  
~~está estruturada para formar os elementos que deverão~~

## 2. LINHAS DE AÇÃO PARA FORMAÇÃO DOS QUADROS

### a. Apresentação das Linhas de Ação

#### 1) Linha de Ação nº 1

Continuar empenhando os nossos homens no SISSEGIN, prepará-los adequadamente.

#### 2) Linha de Ação nº 2

Criar uma ~~seção~~ para formar os elementos para o SISSEGIN. Esta Escola poderia ficar sob a responsabilidade do Exército ou então do Ministério do Exército que, por ser a Força Terrestre, possui uma grande responsabilidade territorial e contribui, dentro das Forças Armadas, com o maior efetivo para esse Sistema.

#### 3) Linha de Ação nº 3

Aproveitar a EsNI e mediante uma adaptação de seus currículos, da composição de seus Cursos e da finalidade dos mesmos, formar elementos não só para o SISNI mas, também para o SISSEGIN.

### b. Análise das Linhas de Ação

#### 1) Linha de Ação nº 1: "Continuar empenhando os nossos homens no SISSEGIN, sem prepará-los adequadamente".

Essa Linha de Ação nos parece a mais desfavorável. A maneira de combater as Organizações Comunistas em sua atuação clandestina, não é ensinada na instrução comum, padronizada, no âmbito de nossas Forças Armadas, bem como nas Polícias Militares, o que aliás é correto.

Essa instrução só deve ser ministrada a homens selecionados, que se especializarão nas Operações de Informação contra estes tipos de atuação.

- 2) Linha de Ação nº 2: "Criar uma Escola para formar os quadros para o SISSEGIN. Essa Escola poderia ficar sob responsabilidade do EMFA, ou então, do Ministério do Exército que, por ser a Força Terrestre, possui uma grande responsabilidade territorial e contribui, dentro das Forças Armadas, com o maior efetivo para esse Sistema".

Essa Linha de Ação tem a vantagem de reunir numa só Escola os elementos que se destinarão a um mesmo tipo de missão. Consequentemente, a instrução poderá ser altamente especializada e os homens serão formados com grande eficiência. Entretanto, possui quatro grandes desvantagens:

- Não poderá funcionar a curto prazo;
- Acarretará despesas de vulto à Nação;
- Empenhará mais pessoal das Forças Armadas no SISSEGIN (Pessoal do Corpo Permanente dessa nova Escola);
- Provavelmente criará ~~uma nova escola de formação~~ *uma nova escola de formação*

Esta Linha de Ação, entretanto, poderá ser adotada caso a Linha de Ação nº 3 não a seja.

- 3) Linha de Ação nº 3: "Aproveitar a EsNI e mediante uma adaptação de seus currículos, da composição de seus Cursos e da finalidade dos mesmos, formar elementos não só para o SISNI, mas, também, para o SISSEGIN".

Essa Linha de Ação possui as seguintes vantagens e desvantagens:

a) Vantagens

- Economia de meios, pois a EsNI já está construída;
- Economia de pessoal, porque já existe um Corpo Permanente;
- Possibilidade de formar elementos para o SISSEGIN a

curto prazo;

- Possibilidade de formar, separadamente, elementos para o SISNI e para o SISSEGIN, como também formar elementos que poderão trabalhar em proveito desses dois Sistemas.

b) Desvantagens

- Impõe à EANI a ampliação da sua finalidade, assim como a de seus Cursos;
- Obriga a EANI realizar uma adaptação na composição de seus Cursos.